

LIÇÕES A PARTIR DO CAMPO: A OBRA DE PIERRE BOURDIEU E OS NOVOS ESTUDOS RURAIS¹

LECCIONES DEL TERRENO: LA OBRA DE PIERRE BOURDIEU Y LOS NUEVOS ESTUDIOS RURALES

LESSONS FROM THE FIELD: THE WORK OF PIERRE BOURDIEU AND THE NEW RURAL STUDIES

Rodrigo Constante MARTINS*

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar um esforço prospectivo da abordagem bourdieusiana para os temas contemporâneos do rural – particularmente em contextos sociais marcados pela história colonial. De modo específico, se buscará lançar algumas hipóteses analíticas para a compreensão de elementos da ambientalização dos conflitos agrários no Brasil a partir do diálogo com a obra de Bourdieu – em especial com suas etnografias na Argélia colonial e o estudo sobre os camponeses do Béarn.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos rurais. Colonialidade e conflitos socioambientais. Ruralidades. Meio ambiente.

RESUMEN: *El objetivo de este texto es presentar un esfuerzo prospectivo del enfoque bourdieusiano para las cuestiones rurales contemporáneas - particularmente en contextos sociales marcados por la historia colonial. Más concretamente, se tratará de lanzar algunas hipótesis analíticas para comprender elementos de la*

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2700-3319>. Contato: rmartins@ufscar.br.

¹ Este texto é uma versão ampliada da exposição preparada para a Mesa Redonda *O rural em Bourdieu*, que teve lugar no “Congresso Internacional Pierre Bourdieu e a sociologia como esporte de combate”, organizado pelo NESPOM, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus Araraquara, em setembro de 2023. Agradeço às colegas Renata Paoliello, Carolina Pulici e Patrícia Ramiro a oportunidade de discutir as ideias apresentadas no texto. E especialmente à Maria Chaves Jardim, pelo gentil convite.

ambientalización de los conflictos agrarios en Brasil a partir del diálogo con la obra de Bourdieu - en particular sus etnografías en la Argelia colonial y su estudio sobre los campesinos del Béarn.

PALABRAS CLAVE: *Estudios rurales. Colonialidad y conflictos socioambientales. Ruralidades. Medio ambiente.*

ABSTRACT: *The aim of this text is to present a prospective effort of the Bourdieusian approach to contemporary rural issues - particularly in social contexts marked by colonial history. More specifically, it will seek to launch some analytical hypotheses for understanding elements of the environmentalization of agrarian conflicts in Brazil based on dialogue with Bourdieu's work - particularly with his ethnographies in colonial Algeria and his study of the Béarn peasants.*

KEYWORDS: *Rural studies. Coloniality and socio-environmental conflicts. Ruralities. Environment.*

Introdução

A sociologia de Pierre Bourdieu tem relação direta e estreita com a empiria. Seguramente, esta afirmação não invoca nenhuma novidade para aqueles já familiarizados com a obra do autor. Mas, no Brasil, aprofundar esta relevância dos estudos empíricos em todo constructo analítico do autor pode causar espécie às gerações mais jovens, comumente introduzidas à leitura do sociólogo francês a partir de ensaios teóricos, elaborados ora pelo próprio autor, em situações de conferências, cursos ou interlocuções em mesas de debates; ora por comentadores, dedicados a organizar a obra como constructo analítico. Este espanto pode ser ainda maior se a recorrência à empiria nos estudos de Bourdieu conduzi-las ao universo camponês e às sociabilidades rurais. Mesmo que, paradoxalmente, o primeiro vetor de introdução da obra de Bourdieu no Brasil tenha passado pelos esforços empreendidos no Museu Nacional, na década de 1970, sob a liderança de Moacir Palmeira, justamente no escopo de estudos sobre o campesinato no nordeste do país – e em explícito diálogo com os trabalhos de Bourdieu no Béarn e, principalmente, na Argélia (Garcia JR; Garcia-Parpet, 2023).

O fato é que, particularmente na sociologia brasileira, outros vetores terminaram por lançar mais luz e força aos estudos de Bourdieu dedicados ao campo da cultura e das elites. Conforme demonstrou Rocha (2022), o início da circulação editorial das obras de Bourdieu no país foi marcado pela trajetória acadêmica de agentes

mediadores que se tornariam referências na sociologia brasileira entre meados das décadas de 1980 e 1990. Dentre estes, a figura mais constante é, sem dúvidas, o sociólogo Sérgio Miceli. Pesquisador da área sociologia da cultura e das elites, além de único brasileiro a defender tese de doutorado orientada por Bourdieu, ainda na década de 1970, Miceli foi o organizador de *A economia das trocas simbólicas* (2015), primeira obra de Bourdieu publicada no país, em 1974. Nos anos e décadas seguintes, Miceli foi editor e/ou tradutor de várias outras obras do autor, quase todas ligadas aos temas afeitos à sociologia da cultura e dos intelectuais.

Em 1983, no âmbito da Coleção Grandes Cientistas Sociais, editada por Florestan Fernandes entre 1978 e 1990, foi publicado o volume dedicado à sociologia de Bourdieu. Organizado por Renato Ortiz – sociólogo da cultura também com formação na França –, o volume, que logrou circulação ímpar no mercado editorial universitário brasileiro, reuniu textos sobre questões teóricas (conhecimento praxiológico), campo, gosto e classe, extraídos basicamente de *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972) e de volumes da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.

Sem o propósito de inventariar aqui a disseminação variada dos trabalhos de Bourdieu no Brasil, parece suficiente registrar que o dínamo de sua obra no país, nas décadas de 1980 e 1990, se estruturou em torno de seus trabalhos sobre cultura (incluindo aqui a relevância dos marcadores da cultura nos seus estudos sobre educação). O alcance da circulação de obras como *A economia das trocas simbólicas* (2015), *As regras da arte* (1996) e *O poder simbólico* (1989) na academia brasileira dão conta das linhas de força dos estudos sobre cultura na trajetória de consolidação de sua influência nas ciências sociais – e na sociologia, em particular – no Brasil².

Neste percurso, os debates sobre os processos de descamponização e encamponização, violência colonial, consciência perspectiva, celibato e unidades sociais tradicionais passaram ao largo da relação dos temas mais recorrentes. Porém, imediatamente após sua morte, em fevereiro de 2002, a retomada dos textos sobre a Argélia e o Béarn ganhou novo fôlego, não apenas no Brasil. Na França, *Le bal des célibataires* foi publicado em março de 2002, recolhendo pela primeira vez em único volume os três ensaios sobre o Béarn, publicados entre 1962 e 1989, precedidos de uma introdução do próprio autor, com data de julho de 2001.

Nos novos estudos rurais brasileiros, a recorrência a estes trabalhos também ganhou outro fôlego. Nas pesquisas sobre territórios, novas economias, trabalho e renda no campo, diversificação das interações entre o rural e o urbano, classes médias rurais, novas sociabilidades rurais e questão ambiental, os primeiros trabalhos de campo de Bourdieu vêm sendo objeto de uma importante retomada.

² Para passagens importantes que evidenciam a força de alguns dos textos de Bourdieu sobre cultura na recepção de sua obra no Brasil, ver Bortoluci, Jackson e Pinheiro Filho (2015).

Retomada que articula estes primeiros trabalhos com os momentos seguintes e mais concorridos da obra do autor. Conforme sublinhado por Favareto e Martins (2022), desta trajetória, que não é unívoca, pode-se identificar trabalhos monográficos que acentuaram a compreensão do mundo rural para além dos seus próprios termos, buscando sua relação com outros campos ou domínios do mundo social; pesquisas sobre as transformações do rural dando igual atenção às estruturas que condicionam a ação e às formas pelas quais a ação social exerce margem de liberdade na existência individual; e esforços de interpretação que recuperam a gênese de disposições duráveis que se renovam e se reinventam em termos históricos e territoriais.

O presente artigo não pretende realizar um balanço do estado da arte da influência da obra de Bourdieu sobre os estudos rurais brasileiros. Pretende, sim, apresentar apontamentos e sugerir percursos para a revisitação dos trabalhos feitos na Argélia e no Béarn. Particularmente, serão relacionados achados destes estudos para avançar em um dos temas que tem atravessado os debates sobre a rural contemporâneo – a saber, a questão ambiental. Serão apresentados diálogos possíveis com as inferências produzidas a partir das etnografias de Bourdieu sobre o campesinato para se lançar hipóteses acerca da ambientalização dos conflitos agrários, tomando como foco o contexto da sociedade brasileira, também marcada pela história colonial.

Dos trabalhos de campo de Bourdieu aos novos estudos rurais

O argumento que tinge os vários momentos desta exposição sustenta que a leitura mais rigorosa e criativa da obra de Bourdieu não se concentra na sistematização de conceitos. Sabidamente, diante da extensão da obra, muitos esforços se voltaram para uma leitura teórica do autor, remontando a passagens mais conceituais de seus trabalhos. Ainda que úteis como auxílio à compreensão da obra, estes trabalhos terminam por sempre correr o risco de perder de vista as diferentes dentições dos conceitos e hipóteses formuladas ao longo do tempo, em distintas conjunturas históricas e ambientes acadêmicos e políticos. O próprio Bourdieu se recusava ao confinamento destes debates. Conforme ele próprio advertiu em seu *Esboço de autoanálise* (2005), suas passagens mais teóricas foram lançadas em notas de pé de página, prefácios ou posfácios. Por demandas externas, seus textos teóricos foram ganhando corpo no adiantado da carreira, mas sempre com fundamento nos estudos empíricos. Somente em *Meditações Pascalianas* (2001) ele daria respostas teóricas sistemáticas a muitas das indagações lançadas por críticos sobre sua obra, ainda assim chamando a atenção para a necessidade de escapar daquilo que denominava por teórica, prática própria do pensamento escolástico.

Os esforços de retomada dos estudos empíricos permitem melhor situar a ênfase da dimensão histórica dos trabalhos e mesmo da trajetória do autor. Ou seja: observar como o *habitus* resulta dos seus trabalhos de campo (particularmente dos primeiros realizados na Argélia, no final da década de 1950); verificar como a noção de violência simbólica é trabalhada nestes estudos; compreender como a noção de capital cultural resulta dos estudos sobre o sistema de ensino, desde a fase dos trabalhos com o Jean Claude Passeron (da segunda metade da década de 1960) até *La Noblesse d'État* de 1989; e compreender a dimensão histórica dos seus estudos sobre classes sociais (*A distinção* (2007) e *O amor pela arte* (2003)), sobre o campo da cultura (*As regras da arte* (1996)) e o campo universitário (*Homo academicus* (2011)), são estratégias de compreensão que traçam uma cartografia do percurso do próprio autor, com a história das indagações e seus territórios de formulação. Ademais, tal história e cartografia intelectual permite, inclusive, identificar como e por que alguns dos conceitos foram sendo modificados ao longo do tempo, de tal sorte a se poder identificar seus movimentos e intervalos.

Com efeito, o estudo de Bourdieu sobre o trabalho e o campesinato cabila se consolidou, ao longo de sua carreira, como experiência de pesquisa cujos resultados apareceram amiúde ao longo das décadas subsequentes. Central nos primeiros trabalhos – no caso, *Sociologie de l'Algérie*, de 1958; *Travail et travailleurs en Algérie* (em colaboração com Alain Darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel), de 1965, e; *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (com Abdelmalek Sayad), de 1964 –, esta etnografia ainda repercutiria resultados na primeira parte de *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972), em *Le sens pratique* (1980) e em *La domination masculine* (1998)³.

Conforme enfatiza Pérez (2022a), Bourdieu tornou-se sociólogo durante uma guerra de descolonização, na qual cumpria funções administrativas do serviço militar obrigatório e, simultaneamente, reunia estatísticas e iniciava sua experiência etnográfica. Na relação com Abdelmalek Sayad, aprendia a romper com as lições sobre olhar distanciado da etnologia de Lévi-Strauss (1955). Sayad era assistente de Bourdieu em um estudo cujo objeto era sua própria sociedade, em guerra pela libertação colonial, momento singular de transformação para qualquer formação social. Paralelamente, Bourdieu empreendia o estudo de sua própria sociedade natal, no Béarn, também em momento singular de transformação. A crise da reprodução social do campesinato, marcada pela unificação com o urbano no mercado matrimonial local, foi investigada por Bourdieu (2002) não sob o modelo das regras de parentesco, mas sob a perspectiva da estratégia. E, para levar a cabo o estudo, o autor precisou pesquisar e alinhar formas de enfrentamento de sua própria inserção nas

³ Em 1977, Bourdieu publicou *Algérie 60*, versão resumida dos argumentos desenvolvidos em *Travail et travailleurs en Algérie* (2021), com propósito inicial de publicação em língua estrangeira.

relações sociais locais, situação que envolveu sua própria família na condução da pesquisa de campo⁴. Ao final dos estudos na Argélia e no Béarn, o autor consideraria concluída sua conversão da filosofia à sociologia (Bourdieu, 2005).

A condução paralela destes estudos, a preparação conjunta dos textos e, principalmente, a posição homóloga dos grupos estudados nos dois espaços sociais fez com que o próprio autor lançasse recursos de analogia para refletir sobre situações e mesmo condutas nos trabalhos de campo. Em entrevista concedida ao escritor e poeta cabila Mouloud Mammeri, Bourdieu recorreu a analogias entre o Béarn e a Cabila para se referir a direitos costumeiros, relações de parentesco, estratégias matrimoniais, modos de sucessão e contornos das unidades camponesas (Bourdieu; Mammeri, 2022). Assim, estudar a Cabília, distante do seu universo, o permitiu objetivar relações no Béarn até então não questionadas desde seu olhar de origem. Esta relação com o próximo e o distante repercutira, segundo o próprio autor, em suas então certezas epistemológicas.

Mas de que modo estes estudos sobre a crise e o desenraizamento do camponato Cabila, somados à pesquisa no Béarn, podem ser tomados como casos de interlocução nos estudos contemporâneos sobre o atravessamento da questão ambiental em sociabilidades rurais?

No campo da sociologia rural, a entrada em cena da moderna questão ambiental como eixo de construção de novos objetos data do final da década de 1970 (Martins; Cunha, 2020). Esta inovação na agenda da área se deveu a vários fatores, dentre os quais estavam as novas práticas estabelecidas no continuum rural-urbano, a consolidação da temática ambiental como questão pública e a degradação dos espaços rurais promovida pela Revolução Verde na agricultura. Neste movimento, a noção de território ganhou abrangência nos debates acadêmico e político, quase sempre sendo mobilizada em favor da promoção de políticas de conservação da biodiversidade, de novas formas de gestão dos recursos naturais e mesmo de requalificação dos espaços rurais – agora não mais reduzidos à agricultura, mas também problematizados em função de outras atividades econômicas emergentes (Hamman, 2017; Martins, 2014).

Desde a década de 1970, a pauta público-ambiental foi animada pelo emprego do vernáculo econômico. Alocação/uso racional dos recursos, ativos e passivos ambientais, patrimônio ambiental, produtividade ambiental, custos e tarifas ambientais, bens e serviços ambientais, Produto Interno Bruto (PIB) verde, valoração ambiental e inventário ambiental são expressões do léxico econômico que

⁴ Em pesquisa recente nos arquivos de Bourdieu, Heilbron e Issenhuth (2022) puderam identificar que a pesquisa de campo no Béarn se constituiu no que classificaram como processo de objetivação em família. Os pais de Bourdieu terminaram por assumir o papel de efetivos pesquisadores de campo, sendo treinados pelo sociólogo para se ocuparem desde os trabalhos mais simples (como contatos iniciais com informantes, montagem preliminar de genealogias familiares) até mesmo à condução de entrevistas de redação de cadernos de campo.

adquiriram legitimidade no contexto dos debates sobre meio ambiente e sustentabilidade (Martins, 2015). À tais formas de classificação da questão ambiental, se seguiam recomendações “naturais” para a criação de instrumentos econômicos de gestão e políticas ambientais. Emergiram as propostas de zoneamento econômico-ecológico para a exploração dos recursos naturais, a elaboração de métodos de aferição de externalidades econômicas negativas (poluição e escassez, por exemplo) ou positivas (reflorestamento e conservação do solo, por exemplo) para a indução de comportamentos individuais, a elaboração de indicadores de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental, a construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais dos ecossistemas rurais e os índices de investimento na economia da conservação ou da vida selvagem (Martins, 2009).

A investida dos processos de classificação econômica da questão ambiental sobre os territórios rurais expressa dimensões complexas do debate sobre sustentabilidade. Estes processos atravessam a ressignificação simbólica destes espaços e de seus recursos, revalorizados pela própria crise ambiental urbana. A força desta classificação econômica das experiências sociais sobre o rural é um processo social relevante, porquanto influi na elaboração e na condução das políticas público-ambientais.

Por certo, a legitimidade da gestão ambiental amparada nas descrições e prescrições da ciência econômica sustenta-se em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento socioambiental. Isto é, a correspondência entre estruturas objetivas e estruturas de percepção promove a *doxa* sobre a própria noção de sustentabilidade, que parece atingir o ponto máximo da crença na expressão *patrimônio ambiental*.

Torna-se, portanto, de grande valia o resgate das críticas empírico-analíticas lançadas por Bourdieu face o colonialismo e a tentativa de gestão dos corpos (e das formas de agir e pensar) mediante a universalização da hipótese do *homo economicus* como descrição de comportamentos e práticas sociais.

Homo economicus, habitus e violência simbólica: gênese

Desde os primeiros trabalhos na Argélia, Bourdieu empreendeu a crítica do discurso econômico – que em certo sentido pode ser interpretada como uma nova crítica da economia política, porém sustentada em outras bases. Mostrou como a racionalidade do cálculo mercantil, ausente nos Cabila, não seria nada além do que um aspecto de uma racionalidade global que guia o senso prático. No caso, é o moderno discurso mercantil que organiza uma economia política generalista, na

qual os bens materiais parecem determinar unilateralmente os bens simbólicos. Isso porque a ciência econômica repousa sobre uma abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de todas as práticas, em instrumento explicativo do todo. Assim apresentado, o fato econômico dependeria da crença em sua forma como “fato social total”, desistoricizado e emancipado de outros universos sociais (Bourdieu, 2000).

No propósito de sustentar o argumento sobre o universalismo das condutas sociais, o utilitarismo neoclássico sugere que as resistências à ordem mercantil dos cálculos de custo-benefício do *homo economicus* seriam produtos de obstáculos culturais, de inaptações e mentalidades irracionais. Assim, existiria um modelo de comportamento racional que teria alcançado realização plena nas sociedades do norte ocidental, e que encontraria entraves em sociedades como a argelina, diante de atitudes não-lógicas decorrentes da cultura tradicional⁵.

Na agricultura tradicional na Argélia, Bourdieu (1977) destacara o quão limitante e violento poderia ser a universalização das expectativas em torno comportamento do *homo economicus* neoclássico. Ao tratar das transformações da ordem econômica e social do campesinato argelino durante o período de domínio francês sobre o país, o autor evidenciou o papel desempenhado pelo conjunto dos saberes empíricos sobre o agir dos membros de grupos sociais específicos. No caso dos camponeses argelinos, as categorias econômicas capitalistas – tais como previsão, cooperação, organização técnica do trabalho, crédito, troca monetária e a abstração do futuro –, ao serem confrontadas com a consciência temporal campesina, foram submetidas a um senso prático cuja densidade se amparava no conjunto de saberes empíricos do agir e pensar. E tais saberes em torno das trocas se baseavam na noção de *niya*, que significa simplicidade, conservação e justiça – sempre em relação à comunidade. A *niya* exclui a ideia de acúmulo e é acompanhada da sobriedade, como a arte de moderar necessidades. Neste contexto, o que Bourdieu observara não foi uma simples contradição de *ethos*, explicação convencional para a época. Bourdieu identificou, nesta aparente contradição, as linhas de forças da dominação colonial que estavam para além do controle de classe sobre as trocas materiais.

Ao remontar o trajeto dos trabalhos de Bourdieu na Argélia no quadro intelectual francês das décadas de 1940 e 1950, marcado pela força da teoria da modernização e pelos debates sobre aculturação, Go (2018) evidencia como o autor pôde teorizar o colonialismo como um sistema social estruturado pelo racismo e pela violência, produzindo – mais do que *reproduzindo* – subjetividades. Este sistema – classificado por Bourdieu como sistema colonial – conjuminava aspectos econômicos, políticos e culturais que conduziam a subjetividade dominada a assumir

⁵ O caráter ideológico mais geral das formulações do utilitarismo neoclássico foi recuperado por Bourdieu no curso “Os fundamentos sociais da ação econômica”, ministrado entre abril e junho de 1993 no *Collège de France* e editado postumamente em Bourdieu (2017).

a natureza negativa que a sociedade dominante sustentava como essência e destino do dominado, de tal modo a compor um sistema próprio de relações e disposições sociais do colonizado (Bourdieu, 1958)⁶.

Foi com base no cenário de confronto da crise colonial na Argélia que Bourdieu e Sayad (1964) concluíram que, dotados de um senso prático organizado em torno da consciência perspectiva da comunidade e da terra, os camponeses, mesmo quando arrancados da terra e levados a um processo de descamponeização, elaboraram uma economia das práticas sociais ainda com lógica própria, pois foram violentados e não aculturados. E nesta economia das práticas, o interesse individual tem sentido no sistema de valores onde o aspecto material não era o único tomado em conta.

Sob tal enfoque, colonialismo e capitalismo são linhas de força objetivas cuja articulação política e econômica é a mais evidente. Porém, o alcance simbólico desta articulação produz despossessões individuais e de classe, com efeitos de dominação legítima que conduzem o dominado a se reconhecer como naturalmente inferior através das lentes do dominante⁷. Para além da ideologia e opressão, a interiorização das relações de poder pelos indivíduos leva o sentido de inferioridade para o próprio corpo. Por isso, em Bourdieu, os caminhos da luta pela libertação seriam mais complexos do que o projeto de revolução campesino-socialista idealizado, por exemplo, por Fanon (2005)⁸.

Nesta acepção ainda embrionária do *habitus*, Bourdieu foca a ideia do habitat, da habitação, a morada do corpo, das ideias e dos valores. O território simbólico que assegura permanências, lugar de reconhecimento permanente. Permanências e reconhecimento que de modo algum são mecânicos, porque são atualizados na prática. E esta atualização também pode ser cenário de conflito e mudança – vide o contexto

⁶ Em seu trabalho sobre pensamento social, Go (2016) destaca oportunamente que, embora a grande difusão internacional da obra Bourdieu tenha ocorrido a partir do final da década de 1970, com base em seus estudos sobre a sociedade francesa, e mesmo com o fato do autor não ter retomado posteriormente suas discussões sobre colonialismo, suas pesquisas iniciais lançaram pistas então inovadoras para uma crítica às epistemologias coloniais nas ciências sociais. E, em larga medida, estas pistas tiveram relação tanto com a postura adotada por Bourdieu em seus estudos na Argélia, quanto com sua interlocução com intelectuais argelinos, como Mouloud Feraoun e Mouloud Mammeri, além da parceria com seu então estudante e depois colaborador Abdelmalek Sayad.

⁷ Bourdieu observara que “a situação colonial cria a pessoa “desprezível”, ao mesmo tempo em que cria a atitude desprezível; mas cria, por sua vez, um espírito de revolta contra esse desprezo, e assim a tensão que corta toda a sociedade em pedaços continua aumentando” (Bourdieu, 1962, p. 134, tradução nossa)

⁸ Recuperados no contexto dos estudos pós-coloniais e decoloniais, os textos de Frantz Fanon lançam perspectivas bastante singulares em relação à questão racial e colonial na luta pela independência da Argélia. Por esta razão, observou-se, na última década, a insistência de pesquisadores em buscar supostos diálogos entre os primeiros trabalhos de Bourdieu e os textos de Fanon. Entretanto, para além de citações isoladas, este diálogo, infelizmente, não existiu. Esta ausência de interlocução sistemática, nítida nos trabalhos de Bourdieu, também pôde ser verificada na pesquisa de Pérez (2022b) junto aos arquivos do sociólogo francês.

da violência que a dominação colonial e o mercado matrimonial urbano lançaram sobre o universo simbólico dos camponeses na Cabília e no Béarn, respectivamente.

Nos textos sobre a Argélia, e em muitos aspectos também seu trabalho em Béarn (Bourdieu, 2002), o objeto de estudo de Bourdieu poderia ser definido como a inadequação das estruturas econômicas às disposições, representações e valores expressos pelos argelinos de origem rural que não haviam sido preparados para se confrontar com a economia urbana de mercado. Ao recusar o enfoque da aculturação e os argumentos acerca dos “obstáculos culturais”, Bourdieu voltou-se para a gestação de uma sociologia das disposições temporais – e, convém sublinhar, temporais por serem produzidas no espaço e na história. Assim, a depender da história e do território de confecção das relações sociais, a indagação sobre as determinações materiais ou culturais de formas de socialização diz muito pouco. Ou, indo ao extremo, diz mais sobre quem indaga do que sobre o espaço social alvo da indagação. Bourdieu propõe uma análise que busca ir além do essencialismo da cultura ou do materialismo econômico para construir uma sociologia capaz de indicar os ajustes e deslocamentos dos agentes ante as condições objetivas do mundo social.

Garcia-Parpet (2006) ressalta que é precisamente por via da experiência do domínio prático da economia doméstica no Béarn que Bourdieu desenvolveu o conceito de capital simbólico. Isso porque conseguiu mostrar que as trocas campesinas locais repousavam sobre uma negação daquilo que se consideraria ser a própria economia desde a ótica utilitarista, a saber, a organização de operações orientadas pelo interesse individual e baseada no cálculo entre equivalências e na previsão do lucro. Contrariamente, as práticas camponesas, mesmo parecendo desinteressadas sob o olhar exógeno, não cessavam de envolver também cálculo econômico, porém orientado por apostas não-materiais e inquantificáveis – características tradicionalmente associadas pelos economistas à irracionalidade do sentimento e da paixão – ou aos *resíduos*, nos termos de Pareto⁹.

Para Bourdieu, o enfoque determinista do comportamento social se manifesta nas formas particulares segundo as sociedades e sua história. Ele é confundido com o capital econômico porque, na sociedade moderna, a forma dominante do capital é o capital mercantil. Isso também faz da economia a disciplina dominante no campo das ciências sociais, impondo a racionalidade econômica como forma suprema de racionalidade. Assim, em seu cálculo mercantil, a racionalidade transborda a esfera material para impregnar todo o sistema social. Faz coincidir prestígio e interesse,

⁹ O ponto *optimum* de Pareto seria o equilíbrio ideal entre custos e benefícios, oferta e procura na alocação eficiente de recursos escassos. Para a retomada da microeconomia neoclássica, sob a perspectiva de Vilfredo Pareto, no campo da economia ambiental, ver Martins (2013). Para a classificação sobre o objeto sociológico, voltado aos *resíduos* do cálculo racional de custo-benefício, ver Souza (1985).

e transforma o interesse egoísta em uma suposta meta universal e legítima. Nesta perspectiva, a sociedade em seu conjunto se constitui em um objeto da economia política que, a partir de então, parece servir como chave-mestra para o desenvolvimento de qualquer prática social, atravessando os modernos saberes disciplinares, desde a psicologia, sociologia e ciência política, passando pelos saberes politécnicos e chegando até os objetos interdisciplinares do final do século XX, notadamente a campos como o das ciências ambientais.

Hipóteses para um esporte de combate

As diversas modalidades de aparatos ambientais, amparados no princípio de uma política da natureza, se tornaram equipamentos de poder, ao menos desde o início do século XX. Isso porque a definição de uma política da natureza implica em teorias sobre zoneamento, especialização e hierarquização das porções do espaço-território, de tal sorte que as regulamentações produzidas pelas burocracias gestoras contribuem na objetivação de segregações sociais. E gerir a natureza implica também em produzir e difundir imagens legítimas da ordem natural e da própria ordem social que controla seus usos. Neste caso, reconhecendo a teoria neoclássica da utilidade marginal como um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais se experimentaram no curso do século XX (Bourdieu, 2000), sua apropriação como discurso e instrumental para a gestão ambiental revela uma importante relação de força na ordem simbólica das representações contemporâneas sobre o meio ambiente (Martins, 2015).

Assim, os instrumentos econômicos de gestão ambiental podem ser compreendidos como momento do movimento de autonomização do próprio campo econômico. Do mesmo modo que as trocas deixaram de ser concebidas e explicadas como trocas domésticas, então comandadas por obrigações familiares e comunitárias, dando lugar a um novo princípio de visão (e divisão) dominante, voltado aos cálculos individuais de custo-benefício da hipótese do *homo economicus*, as concepções sobre as modalidades de relação sociedade-natureza também acompanham este processo de conversão cognitiva. Neste caso, como bem apontou Williams (2011), as noções de natureza e meio ambiente dizem mais sobre as sociedades que a formulam (e seu respectivo momento histórico, com hierarquias e disputas específicas) do que sobre o fenômeno que podem pretender objetivar.

Sem embargo, no capitalismo moderno, as teorias econômicas exercem efeitos objetivos, para além das trocas materiais (Lebaron, 2000). Os modernos instrumentos de gestão ambiental, quando interpretados no contexto da disseminação das formas econômicas de classificação da experiência social, adquirem nova complexidade analítica. Sobretudo para as ciências sociais, que podem interpretá-los

no contexto das disputas sobre as formas de apropriação material e simbólica de seus significados e atributos.

Conforme problematiza a sociologia bourdieusiana, os indivíduos não podem ser concebidos como simples estátuas econômicas, posto que também são agentes políticos, culturais e pessoas morais, com motivações, interesses e libido construídos relacionalmente. No rural brasileiro, há formas de violência de matriz colonial cujas motivações não se reduzem aos cálculos abstratos do *homo economicus* do utilitarismo neoclássico. E esta violência se faz valer também (e não apenas) no acesso e uso dos recursos naturais. Violência simbólica (tácita, cristalizada, história tornada natureza), que chega às práticas de uso dos recursos naturais, mas passa pela propriedade privada da terra e tem seu enraizamento em nossa história colonial e escravocrata.

No Brasil, a construção da propriedade privada da terra como forma jurídica esteve imbricada em processos sociais de base colonial e escravocrata. Como bem salientou Martins (2010), houve, da parte elite agrária do século XIX, uma estratégica articulação de interesses na constituição da Lei de Terras (1850), não por acaso durante o período de declínio do comércio de escravos. O escravo, até então principal reserva de valor do senhorio rural, daria lugar à terra transformada em mercadoria após 1850. Entrementes, esta transição – ou reconversão – se amparou na dinâmica das *plantations*, exemplos de controle direto e externo sobre a vida dos trabalhadores rurais e sobre o próprio território (Garcia Jr, 1989). Se mantendo desde o uso do trabalho forçado até o recrutamento de trabalhadores assalariados, as *plantations* asseguraram a preservação dos interesses da antiga elite escravocrata, reconvertida então em elite agrária proprietária de terras e atenta à manutenção da exploração intensiva do trabalho.

Uma hipótese provisória para este processo é a que o modo como a mentalidade escravocrata, de exploração absoluta e pouco (ou nada) regrada de sua mercadoria, viria a ser preservada/renovada/ou reinventada na exploração absoluta e pouco regrada da terra e de seus recursos. Isto é, do mesmo modo que se usou o escravo até o limite de suas forças (fazendo assim uso de sua propriedade absoluta), o mesmo passara a ser feito com a terra, mantendo as disposições do regime da *plantation*. Somente a partir da década de 1930 o Estado passaria a retomar sua autoridade jurídica sobre o território através do regramento do uso da terra, mediante a criação dos códigos de regulação da exploração dos recursos naturais – casos do Código Florestal e do Código das Águas, criados em janeiro e julho de 1934, respectivamente. Noções subsequentes – como a “terra produtiva”, presente na Constituição de 1988 – terminaram por reduzir a relação propriedade da terra à um “economicismo empobrecedor” (Martins, 1989), desprezando as demais dimensões desta relação, bem como as variadas funções ambientais que decorrem do parcelamento do território.

Este movimento de redução – ou simplificação – das relações de acesso à terra, assim como a escravidão, redutora do trabalho e sua humanidade, é um processo de longo alcance, cujas disposições de longa duração se mantêm ainda hoje. No tempo presente, os vários eventos do bolsonarismo relacionados ao meio ambiente revelam isso de maneira demasiado crua (Silva, Santos, 2023; Observatório do Clima, 2023; Paz *et al.*, 2022). Mas é possível observar isso também em outras situações que servem como terreno fértil para se fazer uma sociologia densa da prática.

Pôde-se observar traços destas disposições “negacionistas” de setores do agronegócio que reprovaram compromissos climáticos do Brasil. Além das críticas aos dispositivos do Código Florestal e à própria existência do Ministério do Meio Ambiente. Conforme enfatiza Pompeia (2024), uma das marcas essenciais do que se pode classificar como agro-bolsonarismo foi sua dependência da expansão horizontal das atividades agropecuárias, somando-se às pressões por alterações legais e administrativas que incidiu não somente na ofensiva sobre vegetações nativas, mas também sobre territórios tradicionais.

A matriz de disposições voltadas ao uso absoluto da terra e de seus recursos revelou-se com intensidade ímpar nos debates sobre a reforma do Código Florestal no Brasil. Em particular, na resistência de diferentes entidades patronais às regras sobre as Áreas de Proteção Permanente (APP) e às áreas de reserva legal, tratadas como “criação” recente para ferir o direito de propriedade, muito embora fossem dispositivos no Código Florestal Brasileiro de 1965 e que, por força da política até o final do século XX, não fez ameaçar a mentalidade colonial da exploração absoluta da terra e de todos os recursos nela disponíveis.

Assim como ocorrera nos debates sobre a abolição da escravidão no país¹⁰, a elite agrária do século XXI também recorreu à lógica do indenismo como proposta de atenuação dos conflitos potenciais. Um dos exemplos a respeito é a passagem descrita por Sauer e França (2012), na qual a então senadora e presidente da Confederação da Agricultura do Brasil (CNA), Kátia Abreu, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, afirmava que o meio ambiente seria “bem coletivo, mas não pode haver um ônus individual”, conseqüentemente, seria inconstitucional “impor o ônus individual de uma Reserva Legal e de uma APP aos agricultores sem indenização de suas propriedades rurais” (Sauer; França, 2012, p. 296).

¹⁰ Ainda no Brasil Império da segunda metade do século XX, o debate sobre indenizações aos ex-proprietários de escravos foi um dos veios não apenas para atenuar tensões do período abolicionista, mas também para mediar, em situações de maior tensão, as formas de acesso à terra. Isso diante do temor da eliminação conjunta do latifúndio e da monarquia, das instituições irmãs no período. Neste sentido, como bem sublinhou Alonso (2015), a agenda reativa da indenização serviu como contraponto e bloqueio da agenda propositiva dos direitos sociais e da democracia rural, que marcava parte do discurso abolicionista.

É sintomático, ainda, que o princípio da exploração absoluta dos recursos naturais venha à tona por setores do agronegócio como forma eminentemente *racional* de investida econômica. Neste sentido, estes setores podem ser classificados como conservadores justamente porque conservam as disposições da história colonial do uso intensivo e extensivo da natureza. Este é o caso, por exemplo, das defesas discursivas do uso irrestrito da água para irrigação. Tal como revelam Meyer e Gerhardt (2024) em estudo sobre polos de irrigação no Planalto Central, a narrativa setorial local sustenta se tratar de uma *irracionalidade* o não aproveitamento intensivo da abundância hídrica que, sob seu crivo, se constitui em um efetivo estoque de bens econômicos.

Mas é forçoso considerar que esta disposição de exploração absoluta dos recursos naturais não se resume às formas de pensar e agir dos empreendedores econômicos do campo sobre a terra. Aqui, a diferenciação bourdieusiana entre “condição” de classe e “posição” de classe revela-se particularmente importante (Bourdieu, 2015). Enquanto a “condição” remete às propriedades intrínsecas de uma dada classe social (tal como a forma de ligação com a terra), a “posição” é o conceito não substantivo, mas relacional, que introduz na interpretação a necessidade de pensar o lugar do agente no espaço como um todo, suas distâncias e proximidades em relação aos outros agentes.

A posição de classe nos permite identificar e interpretar, por exemplo, as diferenças de comportamentos entre os proprietários de terras no Brasil em relação à chamada reforma do Código Florestal de 2012. Alguns estudos já conseguiram mostrar o gradiente de deslocamentos das entidades de representação dos proprietários de terras em documentos e posições públicas sobre o Código Florestal. Nos polos deste debate ficam a grande agricultura patronal (defensora do negacionismo climático, contrária à ideia de reserva legal e forte opositora à demarcação de terras identitárias) e a parcela mais internacionalizada do agronegócio (dependente não apenas dos mercados de fora, mas também grupos financeiros internacionais, atrelados a carteiras de investimentos com regramentos socioambientais).

Mesmo no debate parlamentar acerca da reforma do Código Florestal, esta dimensão de classe se mostrou decisiva. Em estudo sobre o processo legislativo no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, no período que compreendeu o trâmite do projeto de reforma (de 2004 a 2015), Corrêa e Pereira (2019) observaram que a tomada de posição parlamentar na Comissão esteve mais vinculada a interesses setoriais do que aos interesses partidários, sem controle mais rígido dos partidos – ao contrário dos trâmites de outros temas, em outras comissões da Câmara. Sem o controle partidário, o ajustamento das disposições dos parlamentares aos seus interesses individuais e aqueles de sua base de apoio encontrou uma oportunidade singular de homologia.

Em situações como esta, é possível observar diferentes maneiras de expressão da mentalidade de uso absoluto da terra e de seus recursos. Estas diferenças revelam posições de classe produzidas politicamente. E a gênese destas posições não parece calçada somente no debate contemporâneo sobre temas socioambientais ou mesmo sobre o desenvolvimento rural. Essas posições atravessam estes temas e a eles se articulam, mas têm sua gênese na posição que estas frações de classe atualizam da mentalidade colonial do uso da terra e de seus recursos.

Mas constatar que estas disposições da história colonial e escravocrata se mantêm na contemporaneidade não explica tudo. Não se pode tomar este fato histórico colonial como fato genérico ou generalizante. Este é apenas um ponto de partida. Faz-se necessário produzir estudos que compreendam as mediações concretas para a atualização espacial e temporal destas disposições. Esta concepção de exploração, entrelaçada ao movimento histórico das *plantations* como modo de dominação e desenraizamento (Garcia, Jr, 2005), se atualiza, chegando mesmo a expressar traços de formações coloniais mais amplas – tal como o *plantationceno* sugerido por Ferdinand (2019) a partir do contexto caribenho, no qual segregação espacial e desigualdades raciais seguem expressando as ruínas de uma ‘ecobiopolítica’ que dissocia natureza e história. Outrossim, no caso brasileiro, estas disposições históricas podem germinar novas perguntas de pesquisa. Por quais mediações esta herança escravocrata pode orientar a mobilização dos comportamentos senhoriais sobre a terra e seus recursos hoje? Como estes comportamentos alcançam a aceitação de parcelas importantes da sociedade brasileira, que tomam como verdade a aparente natureza da propriedade absoluta da terra?

Estas são indagações que confrontam a história colonial e as condições sociais que levam à expectativa de uma conduta abstrato-racional-econômica. São indagações produzidas no diálogo com os estudos de Bourdieu sobre o campesinato, e também em seus estudos sobre a construção social da economia. Longe de conclusões, estas indagações sugerem uma agenda de pesquisas. Agenda cujas respostas dependerão, no melhor sentido bourdieusiano, de estudos empíricos focados. E estes estudos, tanto mais voltados à crítica do imaginário social cristalizado sobre natureza, meio ambiente e sustentabilidade, melhor poderão contribuir para a ampliação do espaço dos possíveis na sociologia e nos estudos rurais.

Considerações finais

Este texto apresentou um esforço de leitura da sociologia bourdieusiana com o propósito de trazer alguns de seus instrumentais empírico-analíticos para problematizar temas socioambientais para o rural contemporâneo. Buscou lançar algumas hipóteses para a compreensão de elementos da ambientalização dos confl-

tos agrários no Brasil, a partir do diálogo com resultados analíticos das etnografias de Bourdieu na Argélia e no Béarn.

De início, a crítica à concepção universalista de sujeito que as instituições coloniais (Argélia) e urbano-citadinas (Béarn) lançavam sobre as sociabilidades camponesas permitiu ao autor, e segue permitindo nos dias de hoje, extrapolar as fronteiras de controle do discurso econômico em torno da política e da gestão das instituições de Estado. Talhar o comportamento social nos moldes do *homo economicus* do utilitarismo neoclássico expressou, e segue expressando, a violência do modelo neoliberal de trocas materiais e de suposição da relação eficiente entre Estado, indivíduo e mercado. E a força deste modelo se revela na naturalização de suas categorias para descrever diagnósticos e prescrever políticas para a crise ambiental contemporânea. Mas, se a fatura etnográfica de Bourdieu já ajudava a esfarelar a fábula do utilitarismo neoclássico em meados do século XX, por que suas hipóteses seguem encantando corações e mentes? Eis aqui um escopo para novos programas de pesquisas que podem atravessar os estudos rurais e ambientais.

Neste texto, também tentou-se enfatizar que a revisitação dos primeiros estudos de Bourdieu sobre o mundo rural argelino é tanto mais importante no atual contexto da sociologia, marcado pela emergência da crítica pós-colonial. A abordagem de Bourdieu sobre o processo de descamponesização dos cabila é certamente a primeira investigação sociológica de fôlego que viria trazer a análise do processo colonial para o centro das transformações materiais e simbólicas no escopo dos estudos rurais. E a retomada deste contexto histórico pretende adensar as bases de diálogo da sociologia bourdieusiana com a trajetória de estudos rurais em sociedades como a brasileira.

Ancorado neste movimento de aproximação, a hipótese central do argumento exposto neste texto enfatiza o modo como a mentalidade escravocrata, de exploração absoluta e desregrada de sua mercadoria, viria a ser reinventada na exploração absoluta e pouco regrada da terra e de seus recursos. Isto é, do mesmo modo que se avançou física e simbolicamente sobre a existência do escravo, o mesmo se passara com a terra, tomada como recurso a ser explorado sem limite físico, jurídico ou moral. E, mesmo ao cabo do regime escravocrata, a força do sentido destas práticas parece ter se mantido, com novos efeitos e novas mediações. A supressão formal das instituições escravocratas não fez abolir dos corpos e espíritos as contradições desta ordem. Destarte, o discurso do não-racismo em sociedades racializadas tem alcance tão curto, por não objetivar a força de um sentido efetivamente crítico da naturalização do corpo-raça. Por isso a relevância da luta antirracista em sociedades como a brasileira.

Embora tenha recorrido em diversos momentos de seu percurso intelectual aos resultados da etnografia com os Cabila, é certo que Bourdieu não direcionou esforços para a sequência das questões relativas à raça, colonialismo e desenraizamento

campesino em sua obra. Bem como a proposição de uma ciência social decolonial (Bourdieu, 2021) foi um percurso lançado, porém não trilhado posteriormente pelo autor. Mas, como também se buscou enfatizar neste texto, os esforços subsequentes para desdobramentos de sua obra permitem novos engajamentos analíticos e empíricos, buscando ir além dos objetos já consagrados da sociologia bourdieusiana.

Por fim, uma nota sobre a retomada do foco nos processos empíricos para a produção de sínteses e conceitos. Sobretudo para se pensar o rural e o ambiental, dimensões as quais os recortes de territorialidade são tão relevantes, esta retomada tem especial valia. Ao sopesar o trabalho de campo – o fazer etnográfico e as teias concretas – também são produzidas as evidências de que, do ponto de vista teórico, não há polo passivo. As teorias podem expandir seus horizontes com as possibilidades que a diversidade do real lhes impõe. Neste sentido, Norte e Sul, como experiências históricas, se influem em termos empíricos (fluxos populacionais, institucionais, experiências coloniais, fluxos econômicos, arranjos políticos, etc) e em termos de produção analítica. Evidentemente, estas influências são linhas de forças. Não há - nem é possível que se pretenda - simetria ou igualdade. Mas é possível produzir ainda mais força sobre estas tensões, expondo as formulações analíticas ao sopro violento de outras trajetórias históricas e contingências. Seguramente, este esforço poderá dar vasão a diálogos e perspectivas que se emancipem dos limites próprios deste recente – e já desgastado – binarismo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BORTOLUCI, J.H.; JACKSON, L.C.; PINHEIRO FILHO, F.A. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, v.94, p. 217-254, 2015.

BOURDIEU, P. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: Raisons d’agir, 2021.

BOURDIEU, P. **Anthropologie économique**. Cours au Collège de France (1992-1993). Paris: Raison d’agir/Seuil, 2017.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo. Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

BOURDIEU, P. A distinção. São Paulo: EDUSP; Coedição: Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires**. La crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Éditions du Seuil, 1998. Collection *liber*, dirigée par Pierre Bourdieu.
- BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. Collection *Le sens commun*.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris: Les Éditions de minuit, 1977.
- BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève: Librairie Droz, 1972.
- BOURDIEU, P. **The Algerians**. Boston: Beacon Press, 1962.
- BOURDIEU, P. **Sociologie de l'Algérie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; RIVET, J-P.; SEIBEL, C. *Travail et travailleurs en Algérie, 1963. Sociologie du travail*, Année 1965, 7-1, p. 94-96.
- BOURDIEU, P.; MAMMERI, M. *Sobre o uso apropriado da etnologia. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, p. 011-031, 2022.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. **Le déracinement**. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- CORRÊA, C.P.; PEREIRA, V.B. *Tomada de posição no legislativo brasileiro: análise sociológica sobre o caso da Comissão de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável. Revista Brasileira de Sociologia*, v.07, n.16, p. 179-206, 2019.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FAVARETO, A.; MARTINS, R.C. *Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros. Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 30, p. 01-25, 2022.

FERDINAND, M. **Une écologie décoloniale**: penser l'écologie depuis le monde caribéen. Paris: Éditions du Seuil, 2019

GARCIA JR., A. O desenraizamento brasileiro. *In*: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 309-3014.

GARCIA JR., A. **O sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1989.

GARCIA JR. A.; GARCIA PARPET, M-F. Plantation et développement capitaliste dans le Nordeste (Brésil). Ethnographies associées aux enquêtes statistiques. *In*: GARCIA JR., GARCIA PARPET, M-F.; POUPEAU, F.; PÉREZ A.; ROCHA, M.E. (org). **Bourdieu et les Amériques**. Une internationale scientifique: genèse, pratiques et programmes de recherche. Aubervilliers: Éditions de l'IHEAL, 2023, p. 01-39.

GARCIA-PARPET, M.F. A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia econômica em Pierre Bourdieu. **Mana**: Estudos de Antropologia Social. V.12, n.2, p. 333-357, 2006.

GO, J. Bourdieu, Argélia e a perspectiva pós-colonial. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar, v.08, 2018, p. 11-32.

GO, J. **Postcolonial thought and social theory**. New York: Oxford University Press, 2016

HAMMAN, P. **Ruralité, nature et environnement**: entre savoirs et imaginaires. Toulouse: Éditions Érès, 2017.

HEILBRON, J.; ISSENHUTH, P. Une recherche anamnétique, le Béarn. *In*: DUVAL, J.; HEILBRON, J.; ISSENHUTH, P. (orgs), **Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique**. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969). Paris: Classiques Garnier: 2022, p. 71-120.

LEBARON, F. **La croyance économique**: les économistes entre science et politique. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

LEVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Paris: Librairie Plon, 1955.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J.S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, R.C. A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 97-113, 2015.

MARTINS, R.C. Pensando as ruralidades contemporâneas. *In*: MARTINS, R.C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. 1ed.São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2014, p. 07-12.

MARTINS, R.C. A construção social da economia política da água. **Sociologia** (Lisboa), v. 73, p. 111-130, 2013.

MARTINS, R.C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. **Ruris**, v. 3, p. 71-101, 2009.

MARTINS, R.C.; CUNHA, L.H. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.92, 2020, p.1-29.

MEYER, G.; GERHARDT, C. Dos intrépidos gaúchos aos responsáveis homens de camisa azul: moralidade, sociabilidade e hierarquia na sociedade do agronegócio. **Dados**, v.67, n.4, p. 01-42, 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca mais outra vez**: quatro anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Relatório. Observatório do Clima, 2023.

PAZ, M.G. SILVA JR, R.D.; JACOBI, P.R.; LAUDA-RODRIGUES, Z. MILZ, B. Guia para o desmonte da política ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v.25, p.01-09, 2022.

PÉREZ, A. Les révélations du terrain. Les premières expériences ethnographiques de Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad. In: DUVAL, J.; HEILBRON, J.; ISSENHUTH, P. (orgs), **Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique**. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969). Paris: Classiques Garnier: 2022a, p.41-69.

PÉREZ, A. **Combattre en sociologues**. Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964). Marseille: Éditions Agone, 2022b.

POMPEIA, C. Agri-bolsonarism: a movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 1, p. 1-25, 2024.

ROCHA, M.E.M. Uma travessia transatlântica: a primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil. In: ROCHA, M.E. da M. **Bourdieu à brasileira**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022, p. 51-86.

SAUER, S.; FRANÇA, F.C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v.25, n.65, p. 285-307, 2012.

SILVA, E.M.; SANTOS, J.S. A “escalada” dos agrotóxicos no governo Bolsonaro. **Serviço Social e Sociedade**, v.146, n.2, 01-19, 2023

SOUZA, N.M. **Dialética do irracionalismo**: Pareto e seu confronto com Marx. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. In: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 89-114.

Submetido em: 03/07/2024

Aprovado em: 05/09/2024